

Prova objetiva e discursiva – Nível Superior

Analista Judiciário - Subscrição - Área Judiciária - Especialidade - Direito TIPO 2 – VERDE

Informações Gerais

1. Você receberá do fiscal de sala:
 - a) este caderno de prova, contendo 70 questões objetivas, o tema de redação;
 - b) uma folha destinada às respostas das questões objetivas;
 - c) um caderno de respostas destinado à redação.
2. Verifique se seu caderno está completo, sem repetição ou falhas, com cinco alternativas de resposta (A, B, C, D e E) para cada questão objetiva. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
3. As questões são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
4. Ao receber a folha de respostas da prova objetiva você deve:
 - a) conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade.
 - b) ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
 - c) marcar na folha de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - d) assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
5. Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - a) qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - b) levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - c) será eliminado do concurso o candidato que, durante a realização da prova, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos, tais como *iPod*, *smartphone*, telefone celular, agenda eletrônica, aparelho MP3, *notebook*, *tablet*, *palmtop*, *pendrive*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. O candidato que estiver portando algo definido ou similar ao disposto neste subitem deverá informar ao fiscal da sala, que determinará o seu recolhimento em embalagens não reutilizáveis fornecidas pelos fiscais, as quais deverão permanecer lacradas durante todo o período da prova, sob a guarda do candidato.
6. O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
7. O tempo disponível para a realização da prova é de **5 (cinco) horas**, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
8. Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
9. Somente após decorridos **noventa minutos** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem, contudo, levar o caderno de provas.
10. Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
11. Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
12. A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
13. Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
14. Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **27/01/2015**, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjba.
15. O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será de 0h do dia **28/01/2015** até as 23h59 do dia **29/01/2015**, observado o horário oficial, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjba, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Língua Portuguesa

Texto 1 – “A história está repleta de erros memoráveis. Muitos foram cometidos por pessoas bem-intencionadas que simplesmente tomaram decisões equivocadas e acabaram sendo responsáveis por grandes tragédias. Outros, gerados por indivíduos motivados por ganância e poder, resultaram de escolhas egoístas e provocaram catástrofes igualmente terríveis.” (As piores decisões da história, Stephen Weir)

1

No texto 1, a palavra “bem-intencionada” aparece grafada com hífen; o Novo Acordo Ortográfico diz que “Nas palavras em que o primeiro elemento é *bem-*, a regra geral é o emprego do hífen, não importando se o segundo elemento começa por vogal ou consoante”. Sobre esse caso, a afirmação correta é:

- (A) a palavra foi mal grafada, pois deve ser escrita sem hífen;
- (B) a palavra foi bem grafada já que se trata da junção de um advérbio de modo + adjetivo;
- (C) a palavra foi bem grafada, pois se trata de um adjetivo composto com um elemento de valor prefixal;
- (D) a palavra foi mal grafada, visto que não se trata de um vocábulo, mas de dois;
- (E) a palavra foi bem grafada, pois houve mudanças nesse emprego, com as novas regras.

2

Os dois últimos períodos do texto 1 mostram um paralelismo semântico ou sintático, que só NÃO se realiza no seguinte par de termos:

- (A) muitos / outros;
- (B) foram cometidos / gerados;
- (C) pessoas bem-intencionadas / indivíduos motivados por ganância e poder;
- (D) tomaram decisões equivocadas / provocaram catástrofes;
- (E) grandes tragédias / catástrofes igualmente terríveis.

3

O texto 1 mostra seguidamente a participação do enunciador no assunto veiculado; o segmento em que essa participação está exemplificada de forma inadequada é:

- (A) seleção de adjetivos subjetivos: “grandes tragédias”;
- (B) dúvida tendenciosa: “motivados por ganância e poder”;
- (C) opinião particular: “pessoas bem-intencionadas”;
- (D) parcialidade no julgamento: “catástrofes terríveis”;
- (E) análise pessoal: “escolhas egoístas”.

4

As palavras “tragédias” e “catástrofes” foram empregadas no texto 1 para:

- (A) repetir a mesma ideia contida em “erros memoráveis”;
- (B) construir a coesão textual entre os períodos;
- (C) dimensionar a gravidade dos erros cometidos;
- (D) intensificar a razão humana que conduz a erros;
- (E) mostrar a visão parcial de um dos lados dos fatos históricos.

5

A primeira frase do texto 1, no desenvolvimento desse texto, desempenha o seguinte papel:

- (A) aborda o tema de “erros memoráveis”, que são enumerados nos períodos seguintes;
- (B) introduz um assunto, que é subdividido no restante do texto;
- (C) mostra a causa de algo cujas consequências são indicadas a seguir;
- (D) denuncia a história como uma sequência de erros cometidos por razões explicitadas a seguir;
- (E) faz uma afirmação que é comprovada pelas exemplificações seguintes.

Texto 2 - “A saga do rapto de Helena e a subsequente Guerra de Troia continuam sendo um dos melhores exemplos dos perigos da luxúria. No todo, a história sugere quão imprudente é para um hóspede na casa de um homem levar consigo, ao partir, a esposa do anfitrião. Acrescentamos a esse erro crasso a dupla idiotice da raiva e da inveja, agravadas quando o marido abandonado, Menelau, insistiu nos direitos de um velho tratado e arrastou todo o seu reino e os dos vizinhos em missão de vingança. Muitos deles demoraram quase vinte anos na guerra e no retorno, para não falar na maioria que morreu, deixando os lares e as famílias no desamparo e na ruína – mal sobrevivendo, sugerem os registros, a assédios diversos e a desastres naturais.” (Menelau e a esposa perdida, Stephen Weir)

6

O erro histórico aludido nesse texto 2 inclui um conjunto de defeitos humanos; aquele que está caracterizado de forma imperfeita, por NÃO fazer parte do texto, é:

- (A) a imprudência do hóspede, que sequestrou a mulher de Menelau;
- (B) o espírito de vingança de Menelau, que arrastou os reinos gregos para a Guerra de Troia;
- (C) a irresponsabilidade de alguns heróis, que deixaram suas famílias ao desamparo;
- (D) a raiva e a inveja do marido traído, que provocou o conflito entre gregos e troianos;
- (E) a beleza de Helena, que seduziu o hóspede do marido.

7

No texto 2, os elementos sublinhados se referem a termos anteriores; a correspondência identificada corretamente é:

- (A) consigo / um hóspede;
- (B) esse erro / a imprudência de Helena;
- (C) seu / do hóspede;
- (D) os / os erros;
- (E) que / muitos deles.

8

“A saga do rapto de Helena e a subsequente Guerra de Troia continuam sendo um dos melhores exemplos dos perigos da luxúria.”

Sobre os componentes desse segmento do texto 2, a afirmação correta é:

- (A) os termos “de Helena” e “de Troia” desempenham a mesma função sintática;
- (B) a saga do rapto de Helena e a Guerra de Troia são acontecimentos sucessivos, sendo o segundo causa do primeiro;
- (C) o verbo “continuar” é um verbo de ligação, expressando mudança de estado;
- (D) a Guerra de Troia, segundo o texto, é o exemplo mais importante dos problemas trazidos pela luxúria;
- (E) na expressão “perigos da luxúria”, o termo “da luxúria” representa a causa dos “perigos” aludidos.

Texto 3 - Sobre esse acontecimento referido no texto 2, o historiador grego Heródoto disse o seguinte: “Até então, não houvera de uma parte e de outra mais do que raptos; depois do acontecido, porém, os Gregos, julgando-se ofendidos em sua honra, fizeram guerra à Ásia, antes que os asiáticos a declarassem à Europa. Ora, conquanto lícito não seja raptar mulheres, dizem os Persas, é loucura vingar-se de um rapto. Manda o bom senso não fazer caso disso, pois sem o próprio consentimento delas decerto não teriam as mulheres sido raptadas.” (Heródoto, *História*).

9

No texto 3, Heródoto relativizou o ocorrido, por meio da seguinte estratégia:

- (A) retirando importância de uma declaração de guerra;
- (B) mostrando os raptos como acontecimentos aceitáveis;
- (C) indicando a colaboração de Helena no próprio rapto;
- (D) revelando a licitude do ato de raptar mulheres;
- (E) demonstrando que a vingança não é fruto do bom-senso.

10

A forma verbal “houvera”, no texto 3, corresponde à forma simples do mais-que-perfeito do indicativo do verbo haver;

as formas compostas equivalentes a essa forma simples são:

- (A) era havido / tinha havido;
- (B) tinha havido / havia havido;
- (C) havia havido / seja havido;
- (D) seja havido / tinha sido havido;
- (E) tinha sido havido / era havido.

11

“conquanto lícito não seja raptar mulheres”; a forma dessa frase que modifica o seu sentido original é:

- (A) ainda que lícito não seja raptar mulheres;
- (B) apesar de lícito não ser raptar mulheres;
- (C) mesmo que lícito não seja raptar mulheres;
- (D) malgrado lícito não seja raptar mulheres;
- (E) se lícito não é raptar mulheres.

12

“julgando-se ofendidos em sua honra”; essa frase do texto 3 poderia estar corretamente expressa numa oração desenvolvida por:

- (A) após se julgarem ofendidos em sua honra;
- (B) quando se julgaram ofendidos em sua honra;
- (C) caso se tenham julgado ofendidos em sua honra;
- (D) dado que se julgaram ofendidos em sua honra;
- (E) por se julgarem ofendidos em sua honra.

13

No texto 3 há uma série de marcas que indicam antiguidade; entre elas, a que formalmente mostra uma variação antiga é:

- (A) a referência a fatos antigos da história grega;
- (B) a utilização constante da forma simples do mais-que-perfeito;
- (C) uso de termos raros como “conquanto”;
- (D) a repetida inversão de ordem sintática;
- (E) o emprego da voz passiva.

Texto 4 – “O caminho para baixo era estreito e íngreme, e tanto os homens quanto os animais não sabiam onde estavam pisando, por causa da neve; todos os que saíam da trilha ou tropeçavam em algo perdiam o equilíbrio e despencavam no precipício. A esses perigos eles resistiam, pois àquela altura já se haviam acostumado a tais infortúnios, mas, por fim, chegaram a um lugar onde o caminho era estreito demais para os elefantes e até para os animais de carga. Uma avalanche anterior já havia arrastado cerca de trezentos metros da encosta, ao passo que outra, mais recente, agravava ainda mais a situação. A essa altura, os soldados mais uma vez perderam a calma e quase caíram em desespero.” (Políbio, *Histórias*).

14

Esse texto 4 fala de um outro erro histórico, cometido por Aníbal, general de Cartago, que pretendeu chegar a Roma atravessando os Alpes durante o inverno.

Entre as razões abaixo, aquela que NÃO deve ser vista como causa dos problemas enfrentados pelo exército de Aníbal é:

- (A) a estreiteza do caminho nas montanhas;
- (B) a não identificação do traçado dos caminhos;
- (C) a grande altura por que passavam as tropas;
- (D) a existência comum de avalanches;
- (E) o nervosismo e o desespero dos soldados.

15

“chegaram a um lugar onde o caminho era estreito”; nesse segmento do texto 4 ocorre o emprego correto do vocábulo sublinhado. A frase abaixo em que o emprego do mesmo vocábulo também mostra correção é:

- (A) Os soldados sentiram desespero pelo momento onde todos estavam.
- (B) Em função do mau tempo por onde passavam, decidiram mudar o caminho.
- (C) No final da tarde, onde as nuvens se escondiam, tudo era mais perigoso.
- (D) Na viagem, onde tudo era desconhecido, as surpresas preocupavam.
- (E) No meio da noite, onde o medo aumenta, o comandante tranquilizava a todos.

16

Duas formas verbais sucessivas do texto 4 que mostram sucessão cronológica de ações são:

- (A) sabiam / estavam pisando;
- (B) saíam / tropeçavam;
- (C) perdiam / despencavam;
- (D) resistiam / haviam acostumado;
- (E) chegaram / era.

17

“Uma avalanche anterior já havia arrastado cerca de trezentos metros da encosta, ao passo que outra, mais recente, agravava ainda mais a situação. A essa altura, os soldados mais uma vez perderam a calma e quase caíram em desespero.”

A troca de posição de termos desse segmento que altera o sentido original é:

- (A) uma avalanche anterior / uma anterior avalanche;
- (B) já havia arrastado cerca de trezentos metros da encosta / havia arrastado da encosta cerca de trezentos metros;
- (C) agravava ainda mais a situação / agravava mais ainda a situação;
- (D) os soldados mais uma vez / os soldados uma vez mais;
- (E) quase caíram em desespero / caíram quase em desespero.

18

“A(1) esses perigos eles resistiam, pois àquela(2) altura já se haviam acostumado a(3) tais infortúnios, mas, por fim, chegaram a(4) um lugar onde o caminho era estreito demais para os elefantes e até para os animais de carga.”

Nesse segmento do texto 4 há quatro ocorrências numeradas da preposição A; dessas quatro ocorrências, as exigidas pela regência verbal são:

- (A) 1-2-3;
- (B) 2-3-4;
- (C) 1-2-4;
- (D) 1-3-4;
- (E) 1-2-3-4.

19

“tanto os homens quanto os animais”; “todos os que saíam da trilha ou tropeçavam em algo”. Nesses dois segmentos do texto 4, os conectores tanto/quanto e ou indicam, respectivamente:

- (A) comparação e alternância;
- (B) semelhança e alternância;
- (C) adição e adição;
- (D) comparação e adição;
- (E) adição e alternância.

20

“pois àquela altura já se haviam acostumado a tais infortúnios”; O termo “àquela altura” se refere:

- (A) ao momento por que passavam;
- (B) à altitude das montanhas;
- (C) à dimensão dos caminhos;
- (D) ao modo por que atravessavam os caminhos;
- (E) à consequência dos fatos anteriores.

Legislação Específica**21**

De acordo com a Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia, ao escrivão e ao diretor de Secretaria de Vara compete, de modo geral:

- (A) manter o edifício do fórum aberto e em condições de funcionamento, nos dias e no horário do expediente;
- (B) zelar pelo recolhimento da taxa judiciária e demais exigências fiscais;
- (C) escriturar, em livro especial, com discriminação de cada uma das Varas, a receita e a despesa dos depósitos, remetendo ao juiz competente o balanço mensal de escrituração;
- (D) fazer inventário e avaliação de bens e lavar termos de penhora;
- (E) cumprir os mandados, fazendo citações, intimações, notificações e outras diligências emanadas do juiz.

22

Carmem, servidora pública estadual ocupante de cargo efetivo, foi aposentada por invalidez por doença psiquiátrica. Meses depois, Carmem se recuperou da enfermidade e, desejando regressar ao serviço público, ajuizou ação ordinária em face do Estado da Bahia. Durante a instrução probatória, por meio de perícia judicial que ratificou a nova conclusão de junta médica oficial, restou comprovado que Carmem se curou completamente da doença e está apta a voltar ao trabalho. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Bahia, no caso em tela:

- (A) não é cabível o retorno de Carmem ao serviço público, porque a aposentadoria por invalidez é ato irrevogável;
- (B) não é cabível o retorno de Carmem ao serviço público por determinação judicial, mas somente por vontade do próprio poder público estadual;
- (C) é cabível o retorno de Carmem ao serviço público, por meio da reintegração;
- (D) é cabível o retorno de Carmem ao serviço público, por meio da reversão;
- (E) é cabível o retorno de Carmem ao serviço público, por meio da readaptação.

23

João, servidor público civil estadual ocupante de cargo efetivo, com o objetivo de colaborar com sua irmã Maria, igualmente servidora pública estadual, que sofreu um acidente e estava impossibilitada de se locomover, atuou como seu procurador junto a determinada repartição pública estadual, para tratar de assunto relativo à percepção de remuneração e benefícios assistenciais em favor dela. Pelos fatos narrados, de acordo com a Lei Estadual nº 6.677/94 da Bahia, em matéria de sanção disciplinar, João:

- (A) não praticou falta funcional, mas está sujeito a ser advertido;
- (B) praticou falta funcional e está sujeito à pena de multa;
- (C) praticou falta funcional e está sujeito à pena de suspensão;
- (D) praticou falta funcional e está sujeito à pena de demissão;
- (E) não praticou falta funcional, porque existe autorização legal expressa para tal hipótese.

24

Em relação à pena disciplinar de demissão dos servidores da Justiça, a Lei nº 10.845/2007 (Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia) estabelece que:

- (A) a prescrição ocorre em 2 (dois) anos, a partir da data em que o fato se tornou conhecido;
- (B) é aplicada ao servidor estável, em virtude de sentença judicial ou de sindicância sumária;
- (C) ocorre nos casos de falta de cumprimento dos deveres funcionais;
- (D) é aplicável em casos de reiterada negligência;
- (E) é competente para aplicá-la o Conselho da Magistratura.

25

Consoante determina a Lei nº 10.845/2007, que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia, para o pleno desempenho de suas finalidades, ao Poder Judiciário é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, que se traduz, entre outros, no seguinte atributo:

- (A) dispor de orçamento próprio, de sua iniciativa;
- (B) editar diretamente ato normativo com alteração do número de membros do Tribunal de Justiça;
- (C) sancionar lei sobre criação e extinção de cargos, inclusive de magistrados;
- (D) remeter ao Governador, para a devida nomeação e publicação na imprensa oficial, a lista dos aprovados em concurso público para ingresso na carreira da Magistratura;
- (E) editar diretamente ato normativo com alteração da organização e divisão judiciárias.

26

Em relação à licença à gestante e à adotante, o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Bahia estabelece que:

- (A) à servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança de até 1 (um) ano de idade serão concedidos 30 (trinta) dias de licença;
- (B) pelo nascimento ou adoção de filho, o servidor terá direito à licença-paternidade de 20 (vinte) dias consecutivos;
- (C) no caso de aborto não criminoso, atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de repouso;
- (D) no caso de natimorto, decorridos 5 (cinco) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o exercício;
- (E) à servidora gestante será concedida, mediante atestado médico, licença por 90 (noventa) dias consecutivos.

27

Determinado Juiz de Direito do Tribunal de Justiça da Bahia foi denunciado criminalmente pelo Ministério Público Estadual, que lhe imputa a prática de crime comum. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, é competente para processá-lo e julgá-lo originariamente:

- (A) o Tribunal Pleno;
- (B) a Turma Criminal, escolhida por livre distribuição;
- (C) a Seção Criminal;
- (D) a Câmara Criminal, escolhida por livre distribuição;
- (E) o Juízo Criminal de primeiro grau do local do fato, escolhido por livre distribuição.

28

Consoante dispõe o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, compete ao Conselho da Magistratura:

- (A) organizar e publicar, anualmente, a lista de substituição dos juizes de primeiro grau;
- (B) dar instruções aos juizes, respondendo às suas consultas, sobre matéria administrativa;
- (C) publicar, até o dia 15 (quinze) do mês de janeiro de cada ano, a lista de antiguidade dos magistrados;
- (D) autorizar os servidores da Justiça a exercer comissões temporárias, a prestar serviços em outros órgãos públicos e a exercer cargos eletivos;
- (E) expedir os atos de nomeação, remoção, promoção, permuta, disponibilidade e aposentadoria dos magistrados e servidores do Poder Judiciário.

29

Sobre a Ouvidoria Judicial, de acordo com o Regimento dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça da Bahia, aprovado pela Resolução nº 05, de 27 de março de 2013, é correto afirmar que:

- (A) sua finalidade é exclusivamente receber reclamações contra servidores da Justiça e magistrados, possibilitando aos cidadãos participação no aprimoramento dos serviços jurisdicionais;
- (B) a coordenação das atividades da Ouvidoria Geral é exercida por um Juiz de Direito de entrância final, denominado Assessor Especial, indicado pela 2ª Vice-Presidência e aprovado pelo Tribunal Pleno;
- (C) é o órgão destinado a programar, coordenar e executar as políticas e articulações dos processos de comunicação social, internos e externos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Presidência do Tribunal de Justiça;
- (D) é responsável por observar as normas e padrões técnicos relativos à segurança, manuseio de equipamentos de combate a incêndio e medidas de proteção contra acidentes nas instalações do Poder Judiciário;
- (E) é competente para promover a interlocução entre organismos sociais, imprensa, cidadão e Poder Judiciário, bem como tem por objetivo dar publicidade às ações do Judiciário.

30

Em regra, dependem de preparo, consoante dispõe o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia:

- (A) os reexames de sentença e os recursos interpostos pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Fazenda Pública e por entidades da administração indireta, assim como as ações por eles intentadas;
- (B) os processos e recursos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- (C) os conflitos de competência, as exceções de impedimento, de suspeição e de incompetência;
- (D) as ações diretas de inconstitucionalidade, as reclamações e os pedidos de intervenção;
- (E) os mandados de segurança, sendo que, quando indicados os litisconsortes, o preparo incluirá as cartas, inclusive as de ordem a serem expedidas.

31

A Lei nº 10.845/2007 (Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia) dispõe que, para o exercício das atividades jurisdicionais, o território do Estado da Bahia constitui seção judiciária única, fracionada, contudo, para efeitos da administração da Justiça. Nesse contexto, entende-se como:

- (A) Subseção Judiciária, o agrupamento de Circunscrições Judiciárias;
- (B) Região Judiciária, o conjunto das Subseções Judiciárias;
- (C) Circunscrição Judiciária, o agrupamento de comarcas e comarcas não-instaladas, contíguas, com atuação distinta, embora integradas;
- (D) Comarca, unidade de divisão judiciária integrada jurisdicional e administrativamente a uma Vara constituída por mais de um juízo;
- (E) Vara, unidade de divisão judiciária autônoma, sede de juízo único, ou múltiplo quando desdobrada em vários juízos.

32

Em matéria de adicional por serviço extraordinário, o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Bahia prevê que:

- (A) o serviço extraordinário será remunerado, em regra, com acréscimo de 100% (cem por cento) em relação à hora normal de trabalho;
- (B) somente será permitida a realização de serviço extraordinário para atender situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo, em regra, de 2 (duas) horas diárias;
- (C) o serviço extraordinário é aquele prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte;
- (D) fazem jus a seu recebimento os servidores que trabalham com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas ou com risco de vida;
- (E) fazem jus a seu recebimento todos os servidores contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

33

O Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia estabelece que compete ao Desembargador Revisor:

- (A) decidir os incidentes que não dependem de acórdão e executar as diligências necessárias ao julgamento;
- (B) indeferir petições iniciais de ações da competência originária do Tribunal;
- (C) sugerir ao Relator medidas ordinatórias do processo, que tenham sido omitidas, ou surgidas após o relatório;
- (D) homologar desistências e transações, e decidir, nos casos de impugnação, o valor da causa;
- (E) processar a execução do julgado, na ação originária, podendo delegar atos não decisórios a juiz de primeiro grau.

Noções de Informática

34

Depois de “copiar” (copy) um trecho de texto corrido, a operação “colar” (paste) no MS Word 2010 pode ser feita de diferentes maneiras. A opção “Colar especial.../Texto não formatado” faz com que:

- (A) o documento onde o trecho foi colado seja convertido para o tipo “Texto sem formatação (*.txt)”;
- (B) o trecho colado seja tratado como uma imagem *bitmap*;
- (C) o parágrafo onde o trecho foi colado seja formatado de acordo com o estilo “Normal”;
- (D) o trecho colado assuma a formatação correntemente aplicada ao ponto onde foi feita a colagem;
- (E) o trecho colado mantenha sua formatação original.

35

Analisar as seguintes afirmativas a respeito das opções de configuração do navegador Chrome em sua versão mais recente.

I. A pasta onde os arquivos obtidos por download são gravados é necessariamente aquela que foi escolhida na página de configurações do Chrome. Para gravar um arquivo de download em outra pasta é preciso refazer essa escolha na tela de configurações.

II. Quando o Chrome é iniciado, há duas opções de inicialização: abrir a página nova guia, ou abrir uma página específica (ou conjunto de páginas). Não há opção para continuar de onde você parou na última utilização do Chrome.

III. Existe uma opção de configuração que determina se o mecanismo de preenchimento automático de formulários da Web com um clique deve ser ativado ou não.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) I e II;
- (C) II e III;
- (D) III;
- (E) I e III.

36

João está trabalhando num texto escrito em português. Porém, como há trechos que contêm longas citações em inglês, João fica incomodado pelas marcações que apontam erros de ortografia na maioria das palavras inglesas, pois o idioma do texto está definido como “Português”. Além disso, João gostaria que houvesse ajuda também para identificar e corrigir eventuais erros ortográficos nos trechos em inglês. No LibreOffice 4.2 uma solução para resolver essas dificuldades e conseguir o que João deseja é:

- (A) selecionar cada um dos trechos em inglês e desligar o corretor ortográfico para a seleção;
- (B) posicionar o cursor sobre cada um dos termos em inglês que foram marcados pelo corretor e adicioná-los ao dicionário em uso;
- (C) selecionar cada um dos trechos em inglês e alterar o idioma da seleção para “Inglês”;
- (D) reinstalar o LibreOffice no modo “personalizado” e escolher o conjunto completo de idiomas disponibilizados;
- (E) digitar os textos em inglês num arquivo separado, corrigir eventuais erros, e reuni-los novamente num único arquivo.

37

No MS Excel 2010, a guia “Dados” contém um procedimento identificado pelo ícone mostrado a seguir.



Um filtro aplicado a uma coluna X é usado para:

- (A) impedir a digitação, nas células da coluna X, de valores fora dos limites superior e inferior determinados por meio do filtro;
- (B) limitar os valores permitidos nas células da coluna X a uma lista especificada por meio do filtro;
- (C) exibir na planilha apenas as linhas que contenham, na coluna X, algum dos valores escolhidos por meio do filtro;
- (D) remover da planilha todas as linhas que não contenham, na coluna X, algum dos valores escolhidos por meio do filtro;
- (E) remover da planilha as linhas que contenham, na coluna X, valores que se repetem.

38

Considere duas planilhas, **LO** e **EX**, criadas respectivamente com o LibreOffice 2-4 Calc e o MS Excel 2010. O conteúdo das duas planilhas é idêntico, como descrito a seguir:

Célula	Fórmula	Valor
A1		2
A2		3
A3		5
A4		3
A5	=SOMA(A1:A4)	13

Considere que tenha sido efetuada uma sequência de comandos que removeu a terceira linha de cada planilha.

Após a execução desses comandos, o conteúdo da célula A4 em cada planilha **LO** e **EX**, respectivamente, é:

- (A) =SOMA (A1 : A3) e #VALOR!
- (B) =SOMA (A1 : A3) e =SOMA (A1 : A3)
- (C) =SOMA (A1 : A4) e =SOMA (A1 : A4)
- (D) =SOMA (A1 : A4) e =SOMA (A1 : A3)
- (E) #VALOR! e =SOMA (A1 : A3)

39

João vai fazer a apresentação de um relatório na sua empresa e preparou dois documentos: o primeiro é o relatório a ser projetado, já em formato PDF, de acordo com o padrão da empresa; o outro é um conjunto de anotações, gravadas num arquivo MS Word, contendo comentários que João gostaria de consultar durante a apresentação. Como a impressora onde João imprimiria suas anotações está indisponível, João precisa manter essas anotações na tela do computador, mas sem que estejam visíveis para a plateia, que deve ver na tela do projetor apenas o documento principal durante a apresentação.

No Windows 7, João pode obter uma configuração no computador que permita o que ele pretende:

- (A) abrindo o programa *Central de Sincronização*, no grupo *Acessórios*, e usando a opção *Gerenciar arquivos offline*;
- (B) abrindo o *Painel de Controle*, escolhendo *Ferramentas administrativas*, e usando a opção *Fontes de Dados*;
- (C) abrir o arquivo PDF por meio de um browser e usar o modo de visualização “lado a lado” no MS Word;
- (D) abrindo o programa *Conectar a um projetor* no grupo *Acessórios* (ou por meio de atalho), e usando a opção *Estender*;
- (E) abrindo o *Painel de Controle*, escolhendo *Gadgets da área de trabalho* (ou por meio de atalho), e usando a opção *Apresentação de Slides*.

40

O professor Eduardo pretende aplicar uma prova para seus quase sessenta alunos, mas quer espalhá-los pela sala a fim de evitar grupinhos de cola. Olhando para a planilha MS Excel, onde mantém a lista de alunos e o controle de notas da turma, Eduardo teve a ideia de imprimir cada cópia da prova de modo personalizado, com o nome do aluno estampado no cabeçalho, e distribuí-las em ordem alfabética. A prova está sendo editada por meio do LibreOffice Writer.

Para aproveitar os dados da planilha e assim evitar o trabalho de digitar cada um dos nomes no documento, o professor Eduardo deve utilizar o recurso:

- (A) Galeria;
- (B) Filtros XML;
- (C) Tabela Dinâmica;
- (D) Mala Direta;
- (E) Objeto OLE.

Conhecimentos Específicos

41

Após quatro meses de duração de uma relação amorosa com Flávio, Suzana contraiu matrimônio. Acontece que, após três meses da celebração do casamento, Suzana, grávida, tomou conhecimento de que Flávio era pedófilo, tendo sido o autor de pelo menos quatro casos de abuso sexual e estupro com vítimas menores, o que resultou em prisão e condenação criminal, com trânsito em julgado após dois anos e dois meses. É correto afirmar que Suzana, não mais querendo manter a relação conjugal e considerando o decurso do prazo de dois anos e cinco meses da celebração do casamento, pode:

- (A) como única opção, pleitear a separação judicial em decorrência de ato que importe grave violação dos deveres do casamento e torne insuportável a vida em comum;
- (B) pleitear a anulação do casamento por erro essencial de pessoa;
- (C) como únicas opções, pleitear a separação judicial em decorrência de ato que importe grave violação dos deveres de casamento e torne insuportável a vida em comum, ou o divórcio direto;
- (D) como única opção, pleitear o divórcio direto;
- (E) tão somente, pleitear a separação de fato, considerando a existência de um filho do casal.

42

Armando constituiu formalmente o direito real de usufruto de um apartamento em favor de sua filha Fenícia para garantir-lhe moradia próxima à sua residência. Acontece que Fenícia, pretendendo residir em outro bairro, locou o imóvel em usufruto para utilizar o valor recebido a título de locação para pagar o aluguel do outro imóvel que pretendia alugar para morar. É correto afirmar que a locação em questão é:

- (A) perfeitamente válida, já que é direito do usufrutuário fruir da coisa, percebendo os frutos;
- (B) perfeitamente válida, já que o usufrutuário passa a ser o proprietário do bem em usufruto;
- (C) perfeitamente válida, já que o usufrutuário tem, inclusive, o direito de dispor da coisa em usufruto;
- (D) juridicamente nula, já que o usufrutuário não pode dispor do bem em usufruto;
- (E) anulável, dispondo o interessado do prazo decadencial de seis meses para pleitear a anulação.

43

Claudio propôs uma demanda em face do Banco SSD pleiteando a compensação por danos extrapatrimoniais experimentados em razão da inclusão indevida de seu nome nos cadastros de maus pagadores. Ocorre que Claudio reconheceu na própria petição inicial que seu nome já estava devidamente negativado por outro credor. Nesse caso, ao receber a petição inicial, o juiz pode:

- (A) determinar a sua emenda, para incluir expressamente o pedido de retirada do nome de Claudio do cadastro de maus pagadores;
- (B) determinar a sua emenda, para incluir na demanda o outro credor que também negativou o nome de Claudio no cadastro de maus pagadores;
- (C) julgar procedente o pedido, caso exista jurisprudência favorável à tese defendida por Claudio nos tribunais superiores;
- (D) julgar improcedente o pedido, caso exista jurisprudência consolidada no juízo e nos tribunais superiores sobre o tema, refutando a tese autoral;
- (E) deferir tutela antecipada, de ofício, para determinar a imediata retirada do nome de Claudio do cadastro de maus pagadores.

44

Lucia foi expulsa de casa pelo marido, Cesar. Além disso, o marido começou a quebrar os bens pertencentes ao casal. Assim, Lucia propôs em face do marido ação cautelar de sequestro. O juiz recebeu a petição inicial e deferiu medida liminar de sequestro dos bens do casal que estavam sob risco de dilapidação. Em casos como esse:

- (A) a citação do réu poderá ser realizada, ainda que durante o período de recesso;
- (B) a intimação da decisão liminar deve ser feita depois da realização da citação do réu;
- (C) a intimação do réu da decisão liminar pode ser feita pela imprensa oficial;
- (D) a intimação do réu da decisão liminar pode ser suspensa até a realização da sua citação;
- (E) a citação do réu poderá ser feita eletronicamente, se a intimação da decisão liminar tiver sido pessoal.

45

Nos Juizados Especiais existem regras processuais que excepcionam as regras previstas no Código de Processo Civil. Nesse sentido, sobre as comunicações processuais nos Juizados Especiais Cíveis, é correto afirmar que é dispensada:

- (A) a intimação da parte que muda de endereço sem comunicar previamente ao juízo;
- (B) a intimação das testemunhas arroladas pela parte autora até 5 dias antes da audiência;
- (C) a intimação pela imprensa oficial dos atos praticados em audiência;
- (D) a publicação do edital em jornais de grande circulação na hipótese de citação por edital;
- (E) a intimação prévia da data da sessão de julgamento na turma recursal.

46

Jean, valendo-se de sua conta no Twitter, publicou declaração de natureza discriminatória em relação aos homossexuais, de forma genérica. Tal ação configura:

- (A) conduta atípica;
- (B) crime de injúria;
- (C) crime de injúria racial;
- (D) crime de preconceito de raça, cor, etnia ou religião;
- (E) crime de manifestação de ódio.

47

Em relação à aplicação da pena, é correto afirmar que:

- (A) a chamada “confissão qualificada”, ainda que efetivamente utilizada como elemento de convicção, não enseja a aplicação da atenuante prevista no Art. 65 do CP;
- (B) é possível o reconhecimento de continuidade delitiva entre os crimes de roubo e extorsão, quando praticados em conjunto;
- (C) na dosimetria da pena, os fatos posteriores ao crime em julgamento não podem ser utilizados como fundamento para valorar negativa a culpabilidade do réu;
- (D) não é admissível a fixação do regime prisional fechado aos não reincidentes condenados por roubo a pena superior a quatro anos e inferior a oito anos, mesmo que constatada a gravidade concreta da conduta delituosa;
- (E) o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea tem o condão de conduzir a pena abaixo do mínimo legal.

48

Durante os preparativos para um show nas proximidades do Pelourinho, Pedro tem sua atenção chamada para Francisco, que transitava com um vistoso cordão de ouro para fora da camisa e uma mochila recém adquirida. Abordando a vítima com um revólver calibre .22, Pedro exige que lhe sejam entregues o cordão e a mochila, tendo Francisco ponderado que o conteúdo da mochila, expressiva quantia em dinheiro, pertenceria ao seu patrão, Carlos, responsável pela produção do show. Indiferente ao pleito da vítima, Pedro reforça a ameaça, dizendo que dispararia contra ela caso os bens não fossem entregues. Após a entrega do cordão e da mochila, Pedro falou que a vítima deveria guardar no mesmo local, pois ele pretendia devolver em breve seus pertences. Diante desse quadro, é correto afirmar que:

- (A) o fato de a conduta ter ocasionado violação de patrimônios distintos não descaracteriza a ocorrência de crime único, mesmo se todos os bens subtraídos estiverem na posse de pessoas diversas;
- (B) o chamado “roubo de uso” retira a tipicidade da conduta de subtração dos bens, diante da ausência do ânimo de apossamento definitivo;
- (C) o fato de a conduta ter ocasionado violação de patrimônios distintos descaracteriza a ocorrência de crime único, mesmo que todos os bens subtraídos estejam na posse de uma única pessoa;
- (D) a promessa de devolução dos bens apossados não altera a tipicidade da conduta, mas tem reflexos no momento da aplicação da pena, na fase inicial de fixação da sanção penal;
- (E) o fato de a conduta ter ocasionado violação de patrimônios distintos não descaracteriza a ocorrência de crime único se todos os bens subtraídos estavam na posse de uma única pessoa.

49

O descumprimento de medida protetiva de urgência prevista na Lei Maria da Penha (Art. 22 da Lei nº 11.340/2006) configura:

- (A) desacato;
- (B) desobediência;
- (C) condescendência criminoso;
- (D) conduta atípica;
- (E) violência arbitrária.

50

Eduardo faleceu em virtude de um acidente automobilístico. Não deixou descendentes ou ascendentes, restando apenas quatro irmãos na qualidade de herdeiros legítimos. Dois irmãos, André e Cláudio, são filhos do primeiro casamento do pai de Eduardo, enquanto os outros dois, Valério e Gabriel, são resultantes do casamento de seu pai com sua mãe. Para efeito de sucessão legítima, é correto afirmar que:

- (A) André e Cláudio herdarão a metade do que Valério e Gabriel herdarem;
- (B) os bens serão transmitidos para a municipalidade;
- (C) Valério e Gabriel herdarão a metade do que André e Cláudio herdarem;
- (D) os quatro irmãos herdarão em igualdade de condições, por força das regras da ordem da vocação hereditária prevista na lei civil;
- (E) os quatro irmãos herdarão em igualdade de condições, por força dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade.

51

De acordo com a Lei nº 8.666/93, é hipótese de inexigibilidade de licitação quando o Prefeito Municipal contrata sociedade empresária:

- (A) para a locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha;
- (B) para compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia;
- (C) de notória especialização, para prestação de serviços técnicos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza singular;
- (D) de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica;
- (E) para fornecimento de gêneros alimentícios urgentes, nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.

52

De acordo com a Lei nº 12.850/13, a infiltração de agentes:

- (A) é técnica que pode ser aplicada na investigação de crimes sancionados com pena mínima de quatro anos de reclusão;
- (B) é técnica de investigação preliminar que torna o agente infiltrado imune à responsabilidade criminal;
- (C) será deferida pelo prazo de sessenta dias, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que comprovada a sua necessidade;
- (D) depende de requerimento que contenha demonstração, dentre outros, da necessidade da medida e alcance das tarefas dos agentes;
- (E) demanda que a autoridade responsável pela sua implementação apresente relatório circunstanciado a cada quinze dias.

53

Aristarco, empresário e primeiro suplente do Senador Armando, foi denunciado, em março de 2012, por uma série de delitos de estelionato e apropriação indébita, em concurso material, perante Juízo Criminal da Capital. Quando da ordem judicial para que as partes se manifestassem em diligências (Art. 402 do CPP), a Defesa de Aristarco atravessou petição, informando que, por força da morte do titular do cargo, havia assumido o mandato de Senador da República, na véspera da determinação judicial. O Juiz de Direito determinou a remessa dos autos ao Supremo Tribunal Federal, onde, por ordem do Ministro Relator, foi determinada a manifestação das partes em diligências (Art. 9º da Lei nº 8.038/90). Atendidas as diligências, foram os autos encaminhados ao Ministério Público para apresentação das alegações finais. Restituídos os autos, o Ministro Relator determinou a manifestação da Defesa em alegações finais, oportunidade em que foi juntada a renúncia de Aristarco à vaga de Senador da República e seu retorno à condição de empresário. Diante desse quadro fático-processual, é correto afirmar que o processo deverá:

- (A) permanecer no Supremo Tribunal Federal, para evitar abuso do direito na aludida renúncia;
- (B) permanecer no Supremo Tribunal Federal, posto encerrada a instrução criminal, estando o caso maduro para julgamento;
- (C) permanecer no Supremo Tribunal Federal, para evitar fraude processual na aludida renúncia;
- (D) ser remetido ao Juízo de Direito de primeira instância, onde a sentença deverá ser proferida;
- (E) ser remetido ao Juízo de Direito de primeira instância, onde as alegações finais defensivas deverão ser apresentadas.

54

Maurício, pretendendo vender um violino que recebera em doação feita por sua avó, quando ainda estava viva, publicou anúncio em um site de vendas, apresentando a marca do instrumento e as especificações, inclusive o ano de fabricação, o modelo e o estado de conservação. Anexou a fotografia do instrumento e fez constar do anúncio o preço no valor de dois mil reais. Vários contatos foram feitos, sendo que, no mesmo dia em que foi divulgada a publicidade, Vanildo, músico profissional, se dirigiu à residência de Maurício, com os dois mil reais em dinheiro, para aquisição do bem.

Acontece que Maurício, impressionado com o grande número de contatos feitos em decorrência da publicação do anúncio, declarou para Vanildo que não realizaria a venda naquele momento, pois gostaria de aguardar uma oferta mais vantajosa.

Nesse caso, pode-se afirmar que:

- (A) é direito potestativo de Maurício manifestar arrependimento pela oferta, sem qualquer consequência jurídica, já que o contrato não chegou a ser formalizado;
- (B) houve celebração do contrato, já que a oferta ao público equivale à proposta, havendo, contudo, direito ao arrependimento, desde que Vanildo seja indenizado pelas perdas e danos;
- (C) é direito potestativo de Maurício manifestar arrependimento pela oferta, já que o contrato não chegou a ser formalizado, ficando, contudo, obrigado a indenizar Vanildo pelas perdas e danos sofridos;
- (D) é direito subjetivo de Maurício manifestar arrependimento pela oferta, já que o contrato não chegou a ser formalizado, ficando, contudo, obrigado a indenizar Vanildo pelas perdas e danos sofridos;
- (E) houve celebração do contrato, já que a oferta ao público equivale à proposta, sendo, portanto, obrigatória, não havendo direito ao arrependimento.

55

Em relação às sociedades de economia mista, de acordo com o texto constitucional, bem como a doutrina majoritária e a jurisprudência, é correto afirmar que:

- (A) integram a Administração Indireta, possuem personalidade jurídica de direito público e aplica-se a responsabilidade civil objetiva e a vedação constitucional de acumulação de cargos e empregos públicos;
- (B) somente podem ser criadas por lei complementar, cabendo à lei específica definir as áreas de sua atuação, respeitado seu objeto, que deve ser limitado às atividades de prestação de serviços públicos;
- (C) se o objeto de sua atividade for a exploração de atividade econômica em sentido estrito (tipicamente mercantil e empresarial), a responsabilidade civil é subjetiva, mas caso, ao contrário, executem serviços públicos típicos, ficam sob a égide da responsabilidade objetiva prevista na Constituição;
- (D) seu pessoal submete-se ao regime estatutário, cujos princípios e normas se encontram na legislação específica sobre servidores públicos e, por isso, o vínculo jurídico que se firma entre os funcionários e as entidades tem natureza legal e não contratual;
- (E) integram a Administração Indireta, mas possuem personalidade jurídica de direito privado, não se aplicando as normas de vedação de acumulação de cargos e empregos públicos, e a responsabilidade civil de seus agentes no exercício da função é sempre objetiva.

56

A hermenêutica jurídica vem se destacando como um dos temas centrais na reformulação da ciência processual moderna. De acordo com a hermenêutica jurídica, o juiz deve, ao julgar, aplicar:

- (A) os princípios processuais de acordo com as regras processuais contidas no Código de Processo Civil;
- (B) a analogia, os costumes e os princípios gerais do Direito como fontes primárias das normas processuais;
- (C) a interpretação literal, em detrimento da percepção sistemática das regras e princípios processuais;
- (D) a sua percepção pessoal sobre as regras processuais em razão do princípio constitucional da motivação;
- (E) os princípios e as regras de modo a definir com clareza o alcance e a incidência das normas processuais.

57

As reformas operadas no Código de Processo Civil, no que tange à execução, lograram inserir uma fase pré-executiva, para cumprimento voluntário da obrigação pecuniária reconhecida na sentença condenatória. Assim, de acordo com o Art. 475-J do CPC, o devedor terá o prazo de 15 dias para pagar o valor devido sob pena de multa de 10%. De acordo com o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, o prazo para cumprimento voluntário da obrigação é contado:

- (A) da intimação pela imprensa oficial, quando o devedor tiver advogado constituído nos autos;
- (B) do trânsito em julgado da sentença condenatória, se o devedor tiver advogado constituído nos autos;
- (C) da intimação pela imprensa oficial, expedida pela instância recursal, se houve a interposição de recurso;
- (D) da intimação pela imprensa oficial, se o devedor for pessoa jurídica de direito público;
- (E) do trânsito em julgado da sentença condenatória, quando o devedor for revel e tiver advogado constituído nos autos.

58

O Art. 175 da Constituição da República dispõe que “*incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos*”. Assim, quanto à figura de quem os presta, existem dois tipos de serviços: os centralizados (prestados em execução direta pelo próprio Estado) e os descentralizados (prestados por outras pessoas). Nesse contexto, é correto afirmar que a:

- (A) concessão de serviço público é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, tomada de preços ou convite, de acordo com o valor do contrato, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;
- (B) permissão de serviço público é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo indeterminado;
- (C) permissão de serviço público é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco;
- (D) concessão de serviço público é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco;
- (E) autorização de serviço público é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, tomada de preços ou convite, de acordo com o valor do contrato, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

59

Em relação à prática de falta grave durante a execução da pena, é correto afirmar que:

- (A) interrompe o prazo para a obtenção de livramento condicional;
- (B) não interrompe o prazo para a progressão de regime;
- (C) interrompe automaticamente o prazo necessário para a concessão de indulto;
- (D) interrompe automaticamente o prazo necessário para a comutação da pena;
- (E) não autoriza a perda de dias remidos na fração máxima sem que haja fundamentação concreta.

60

Determinado caso penal foi submetido à apreciação do Tribunal de Justiça local, por meio de apelação de ambas as partes. A decisão às impugnações foi por maioria e a juntada do voto vencido ocorreu em momento posterior à publicação do acórdão. Nesse caso:

- (A) a ausência do voto vencido não altera a possibilidade de impugnação pela defesa, diante do princípio da unicidade recursal;
- (B) o prazo recursal começa a correr a partir da publicação do acórdão, podendo ser prorrogado quando da juntada do voto vencido;
- (C) a ausência do voto vencido impede a defesa de verificar os fundamentos e a extensão da divergência para apresentar o recurso cabível;
- (D) o prazo recursal começa a correr a partir da publicação do acórdão, podendo ser renovado quando da juntada do voto vencido;
- (E) a ausência do voto vencido não prejudica a interposição de recursos, diante dos princípios da autonomia e independência recursais.

61

Carlos e Milton, advogados regularmente inscritos na OAB/BA, foram denunciados pela prática do delito do Art. 339 do CP (denúncia caluniosa). Ao final da audiência de instrução e julgamento, o Juiz de Direito que presidia a audiência, antes de passar aos interrogatórios dos acusados que atuavam em causa própria, com teses defensivas colidentes, indagou se os acusados pretendiam formular perguntas na oitiva dos corréus, obtendo a resposta afirmativa de ambos. Diante desse quadro, o Juiz de Direito deverá:

- (A) permitir a nomeação de defensor para o ato pelos interessados ou nomear defensor dativo, vedando a participação direta dos acusados como advogados;
- (B) permitir a participação direta dos acusados como advogados, ou a nomear defensor para o ato pelos interessados ou nomear defensor dativo;
- (C) determinar a realização do ato de interrogatório, mantendo os acusados como advogados, permitindo a formulação de perguntas cruzadas;
- (D) determinar a realização do ato de interrogatório, sem nomeação de novo patrono, e a retirada do corréu da sala de audiências durante o questionamento do corréu;
- (E) determinar o desmembramento do processo, permitindo a intervenção do corréu na condição de advogado no outro processo.

62

Durante a instrução de caso penal versando sobre crime doloso contra a vida, em desfavor de Bruno, além da prova oral e pericial, foram juntados aos autos, por meio de compartilhamento de provas judicialmente autorizado, áudios e transcrições de interceptação telefônica implementada em processo distinto, que investigava tráfico de drogas, e que indiciavam a conduta criminosa do réu. A decisão interlocutória de pronúncia foi fundamentada nos indícios oriundos dessa interceptação telefônica, deferida por Juiz de Direito diverso daquele competente para o crime doloso contra a vida. Nessa situação, a decisão de pronúncia:

- (A) deve ser anulada por usar elementos de prova coligidos fora da instrução processual própria;
- (B) pode ser fundamentada em indícios de autoria surgidos, de forma fortuita, durante a investigação de outros crimes;
- (C) deve ser anulada pela violação do princípio da imediação processual penal;
- (D) pode ser fundamentada em indícios de autoria surgidos durante investigação de outros crimes, se corroborada pela prova plena do processo principal;
- (E) deve ser anulada pela violação do princípio da identidade física do juiz na colheita da prova da interceptação.

63

Em relação ao processo legislativo direcionado à reforma do texto constitucional, é correto afirmar que:

- (A) a supressão de texto, pelo Senado Federal, jamais exige o retorno do projeto à Câmara dos Deputados;
- (B) o projeto, não aprovado em primeiro turno de discussão pela Câmara dos Deputados, pode seguir para o Senado Federal caso o seja em segundo turno;
- (C) considera-se rejeitado o projeto que sofra alterações no Senado Federal, não sendo possível o seu retorno à Câmara dos Deputados;
- (D) a supressão de texto, pelo Senado Federal, sempre exige o retorno do projeto à Câmara dos Deputados;
- (E) a emenda de redação aprovada pelo Senado Federal exigirá o retorno do projeto à Câmara dos Deputados quando alterar o seu sentido normativo.

64

Determinada Constituição Estadual dispôs que as famílias que possuam terras estaduais improdutivas por mais de 40 anos ininterruptos, sem contestação, e comprovem que mantiveram ininterrupta produção de gêneros alimentícios durante todo esse período, adquirem o seu domínio.

É correto afirmar que essa norma é:

- (A) inválida, pois compete privativamente à União legislar sobre direito civil;
- (B) válida, pois somente a Constituição Estadual pode dispor sobre os bens estaduais;
- (C) inválida, pois somente a lei estadual de iniciativa parlamentar poderia incursionar nessa temática;
- (D) inválida, pois somente a lei estadual, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, poderia incursionar nessa temática;
- (E) inválida, pois compete privativamente à União dispor sobre o destino a ser dado às terras públicas.

65

Com os olhos voltados à sistemática constitucional brasileira a respeito da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, é correto afirmar que o Tribunal de Contas deve:

- (A) julgar as contas apresentadas por todos os agentes públicos;
- (B) negar-se a registrar a aposentadoria, concedida pelo órgão competente, que não preencha os requisitos legais;
- (C) eximir-se de fiscalizar as contas prestadas pelos entes da administração pública indireta;
- (D) eximir-se de fiscalizar as contas prestadas pela Mesa da Casa Legislativa, que serão apreciadas pelo Poder Legislativo;
- (E) ter suas decisões referendadas pelo Poder Legislativo para que adquiram eficácia.

66

Certa lei dispôs que parte das vagas disponíveis em determinada universidade pública seria reservada a pessoas que apresentassem as características étnico-raciais nela indicadas. Em razão desse comando, alguns candidatos conseguiram ter acesso ao ensino superior, preterindo a outros candidatos, com notas mais elevadas, que disputaram as vagas de amplo acesso. À luz da nossa sistemática constitucional, é correto afirmar que a reserva de vagas é:

- (A) inconstitucional, pois a lei deve tratar a todos com igualdade, abstraindo as suas características pessoais;
- (B) constitucional, pois todo e qualquer direito fundamental, incluindo a igualdade, depende da lei para definir a sua essência e limitar o seu alcance;
- (C) inconstitucional, pois somente a ordem constitucional pode dispensar tratamento diferenciado às pessoas;
- (D) constitucional, já que lei pode estabelecer tratamento diferenciado quando certas circunstâncias fáticas o justificarem;
- (E) inconstitucional, pois somente a existência de um tratado internacional pode justificar o tratamento diferenciado.

67

Em relação ao controle concentrado de constitucionalidade, é correto afirmar que:

- (A) a inconstitucionalidade parcial não pode ser declarada quando inverter o sentido do ato normativo impugnado;
- (B) a súmula pode ser objeto de impugnação, isso por nortear a atuação do Tribunal em situações futuras;
- (C) a ação direta de inconstitucionalidade, a exemplo de todo e qualquer processo judicial, é suscetível de desistência;
- (D) pode ser realizado via mandado de segurança sempre que o ato normativo afrontar direito líquido e certo;
- (E) não pode alcançar as emendas constitucionais já integradas à Constituição formal.

68

O Secretário Estadual de Educação determinou a remoção *ex officio* de Mariana, professora de matemática de colégio estadual situado em Salvador para um colégio do interior. Mariana conseguiu reunir provas de que o ato administrativo que determinou sua remoção, em verdade, ocorreu por retaliação e não para atender ao interesse público, já que são antigos desafetos pessoais. O ato do Secretário de Educação:

- (A) não poderá ser invalidado, porque, em se tratando de ato discricionário, o agente público tem liberdade na valoração de todos os elementos do ato administrativo;
- (B) não poderá ser invalidado, porque, em se tratando de ato vinculado, basta que o agente público observe as formalidades legais para a sua prática e alegue que atendeu ao interesse público;
- (C) poderá ser invalidado, porque, não obstante se tratar de ato discricionário, o agente agiu com abuso de poder, por usurpação de função, com vício no elemento do ato administrativo da forma;
- (D) poderá ser invalidado, porque, não obstante se tratar de ato vinculado, o agente agiu com abuso de poder, por excesso de poder, com vício no elemento do ato administrativo da competência;
- (E) poderá ser invalidado, porque, não obstante se tratar de ato discricionário, o agente agiu com abuso de poder, por desvio de poder, com vício no elemento do ato administrativo da finalidade.

69

Silvio, fazendeiro e criador de gado de leite, arrendou um touro premiado para usar na reprodução de suas vacas leiteiras. Acontece que, apesar do zelo com o qual cuidou do animal, fortes chuvas que atingiram a região causaram a destruição das benfeitorias e morte de diversos animais, entre os quais o animal arrendado. É correto afirmar que, em decorrência desse fato:

- (A) resolve-se o contrato, devendo Silvio indenizar o proprietário do touro, pagando-lhe tão somente o valor do animal;
- (B) resolve-se o contrato, devendo Silvio indenizar o proprietário do touro, pagando-lhe o correspondente ao valor do animal e os lucros cessantes;
- (C) mantém-se o contrato, devendo o proprietário providenciar a reposição do animal arrendado, às suas expensas;
- (D) mantém-se o contrato, devendo o proprietário providenciar a reposição do animal arrendado, às expensas de Silvio;
- (E) resolve-se o contrato, arcando o proprietário com o prejuízo decorrente da perda do touro.

70

A Constituição da República estabelece no Art. 5º, XXV, que “*no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano*”. Com base em tal norma, diante de uma situação de iminente calamidade pública em cidade do interior do Estado, o Poder Público municipal usou do imóvel, dos equipamentos e dos serviços médicos de determinado hospital privado. Trata-se da modalidade de intervenção do Estado na propriedade da:

- (A) servidão administrativa;
- (B) requisição administrativa;
- (C) ocupação temporária;
- (D) limitação administrativa;
- (E) desapropriação intermediária.

Redação

Em toda entrevista de um membro de nosso Judiciário há repetidamente referências à imensa quantidade de processos em tramitação, impedindo a prestação jurisdicional em tempo razoável. O que pode ser feito para reduzir esse problema? O que já foi feito? Quais as soluções propostas?

Diga o que pensa, em texto de no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, em língua culta, dando especial atenção à estrutura do texto e aos argumentos apresentados em sua posição.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Realização

